

Cidadania em Rede

Ano XII - Nº 1 / 2015

Apresentação

DIÁLOGO, MEIO E FIM



Prezados amigos e amigas,

Inspirado no Lema 2015 da Novamerica - **“Família e escola: promover o diálogo e construir parcerias”** - este número do Boletim Cidadania em Rede está dedicado a debater o diálogo, como começo, meio e fim das interações humanas, pedagógicas e políticas.

Inspirados em nosso compromisso institucional de educar em e para os direitos humanos, nosso objetivo é entender o diálogo como exercício de escuta, debates, conflitos e consensos, tanto no âmbito interpessoal como também nas instituições (família e escola) e no mundo da política.

Veremos, nesta edição, como o diálogo podem se constituir, entre nós, como um elemento fundamental e como precisamos, como seres humanos, estimular espaços de trocas de palavra, de sentimentos e de atitudes, ampliando assim o diálogo para diferentes dimensões (humana, institucional, política).

Através de notícias, atividades, entrevistas, textos e imagens, queremos entender o diálogo como espaço de dissensos e consenso, conflitos e acordos. Este é o convite do Boletim Cidadania em Rede.

Lembramos que o Boletim Cidadania em Rede e o “Jornal Mural Imagens e Palavras” tratam do mesmo tema. Assim, os dois materiais se complementam e potencializam as atividades formativas sobre o tema proposto. Lembramos ainda que o último número de 2014 do Boletim e do Jornal Mural já iniciaram o debate sobre a relação família e escola. Vale a pena confefir!!

Boa leitura e bom trabalho!

A Equipe.

Famílias e escola: Promover o diálogo e construir Parcerias

Destaques

Diálogo: a lógica intersubjetiva no centro das relações

O DIÁLOGO É SEMPRE POSSÍVEL?

NOVAMERICA 2015

Com a Palavra... **Suu Kyi**

“Uma vez que o diálogo sério tenha começado, podemos supor que teremos alcançado um verdadeiro progresso a caminho da democracia. No entanto, que fique bem claro, não há diálogo nem democracia onde há fuzis. Onde há eliminação da vida, a palavra cessa. Mas, meu compromisso é não calar, mesmo diante daqueles que querem o meu silêncio pela força.”

Suu Kyi

- Ativista dos Direitos Humanos na Birmânia, Ásia.
- Desde 1989, vive em prisão domiciliar em Naipidau, capital da Birmânia.
- Recebeu o Prêmio Nobel da Paz (1991), em reconhecimento aos seus esforços de paz e diálogo na Birmânia.
- Conhecida internacionalmente como “Orquídea de Aço”, numa referência a sua delicadeza e a força de suas convicções políticas.





Diálogo: a lógica intersubjetiva no centro das relações¹

Marcelo Andrade

Uma das principais contribuições que a reflexão sobre o diálogo pode trazer é a ênfase na intersubjetividade. Nós humanos somos seres relacionais. E esta característica humana aparece principalmente pela capacidade que temos de decidir, juntos com os outros, sobre o que é certo ou errado, sobre o que é justo ou injusto. A esta capacidade relacional chamaremos de “**racionalidade moral intersubjetiva**” e ela só pode acontecer pela palavra, pelo diálogo, através do debate crítico e construtivo.

A intersubjetividade, construída mediante o diálogo, está no centro de nossa racionalidade moral (a capacidade de decidir sobre o que é certo ou errado) e de todas as relações humanas. Durante muito tempo se acreditou que a racionalidade moral fosse uma capacidade individual, como se as noções de certo e errado, justo e injusto, bem e mal, dependessem da vontade de cada um. Quando pensamos na racionalidade moral articulada à intersubjetividade, estamos fazendo uma importante aposta sobre como decidimos sobre nossas relações. Trata-se da mudança do *eu penso* para o *nós argumentamos* na tarefa de entender a nossa capacidade de julgar e de agir. Assim, defendemos que a racionalidade moral sempre que for intersubjetiva será mais justa do que quando se dá de maneira isolada. Veremos, então, que o diálogo no cotidiano de famílias e escolas será fundamental para encontrar os melhores encaminhamentos para os conflitos que sempre existirão, visto que a família e a escola são feitas de humanos - adultos, jovens e crianças - em todas as suas contradições.

A fim de perceber a **racionalidade moral intersubjetiva** é importante destacar a diferença entre o que é “*racional*” e o que é “*racionável*”. Algo é **racional** quando é produto da razão técnica, que pode ser operacionalizada, de maneira individual. Por exemplo, o pensamento matemático é racional, ou seja, eu posso individualmente fazer cálculos e chegar a uma resposta correta, que é válida para todas as pessoas, em todos os lugares, em todos os tempos, por mais difícil que isso nos pareça. Alguém poderia duvidar que $2 + 2$ são 4? Ora, $2 + 2$ são 4 hoje, ontem, amanhã, aqui ou na China. Note-se que o racional é válido para todos, o que se costuma chamar de universal, pois pode ser comprovado por várias pessoas e em diferentes contextos e tempos.

Já o **racionável** é sempre intersubjetivo, pois é produto de uma razão que conecta o indivíduo com os outros, com seu meio social, com o seu tempo histórico. Trata-se da razão que se esforça para encontrar o justo e o injusto, o correto e o incorreto, o certo e o errado, o bem e o mal, num

determinado tempo, para um grupo específico de pessoas, num lugar particular. Assim, a moral é sempre uma busca racional e não racional. Trata-se, como já afirmado, de racionalidade intersubjetiva.

A razão intersubjetiva é mais apropriada para a justificação da ação. Ela só pode acontecer na relação com os pares, pois busca o estabelecimento de normas e regras, que são formuladas em um discurso que visa à obtenção de um **consenso racional**. Assim, o racional busca consensos entre sujeitos.

Se a racionalidade intersubjetiva acontece através do diálogo, podemos supor que ela é distinta da regra moral individualista. Numa racionalidade moral intersubjetiva, o princípio que guiará a nossa ação deverá incorporar de maneira mais explícita o diálogo. Sendo assim, uma norma só é justa, ou encontra sua validade, se todos os envolvidos pela ação desejam (ou desejariam) a norma ou pelo menos estão (ou estariam) de acordo com ela, mediante um diálogo celebrado em condições ideais.

Vale lembrar que os acordos celebrados no diálogo não podem invalidar os princípios básicos que garantem a dignidade humana. Assim, as regras justas - na sociedade, na família, na escola, na empresa etc. - são aquelas que podem ser aplicadas a todos de maneira que não se desrespeite o ser humano.

A ética do discurso, centrada neste tipo de racionalidade, pondera que cada ser humano envolvido em uma decisão deva dar seu consentimento, como interlocutor válido, para que uma norma seja considerada justa. Neste sentido, ao mesmo tempo em que dá a esta norma um caráter universalizável (possivelmente válida para todos os envolvidos), a prática do diálogo também relaciona as regras a uma realidade concreta, contextualizando-a no mundo real cotidiano. Assim, a vantagem da ética do discurso - centrada na racionalidade intersubjetiva construída pelo diálogo - estaria na possibilidade de articular universalidade e particularidade no âmbito das normas morais.

A fim de melhor entender a ética do discurso é importante refletir agora sobre o que venha a ser, então, um **diálogo em condições ideais**.

Por condições ideais de diálogo, em primeiro lugar, considera-se o debate celebrado em simetria, ou seja, no qual todos os interlocutores são considerados igualmente válidos, tem o mesmo valor e os mesmos direitos. Além disso, o único poder que é concedido aos interlocutores é o do melhor argumento. Em um diálogo ideal, o que vale é o melhor argumento e todo motivo que não leve à busca cooperativa do melhor acordo deve ser excluído.

Em segundo lugar, um diálogo em condições

ideais também pressupõe que os interlocutores queiram estabelecê-lo numa situação na qual o debate faça sentido. Sendo assim, os interlocutores não se podem eliminar, nem física nem logicamente. Só se avança para uma situação ideal de diálogo a partir desta condição de possibilidade mínima, ou seja, o reconhecimento de todos os interlocutores envolvidos como igualmente válidos.

Em terceiro lugar, é fundamental que os interlocutores façam uma opção pela verdade. Um diálogo em condições ideais não pode ser celebrado se o ponto de partida, a argumentação, estiver entremeadado de mentiras. Aqui o procedimento (diálogo) e a própria ética se intercalam. Não é possível diálogo sem compromisso com a verdade e nem construção de verdades morais sem compromisso com o diálogo.

Em quarto lugar, é necessário que todos os interlocutores estejam comprometidos com uma comunidade ideal de argumentação, o que significa uma situação na qual a plena compreensão entre os interlocutores seja desejada e constantemente buscada. Um diálogo não pode acontecer se os interlocutores não querem se entender. Em outras palavras, para um diálogo em condições ideais, é preciso que cada interlocutor esteja aberto a entender os argumentos dos outros e, ao mesmo tempo, se esforce ao máximo para se fazer entender pelos demais.

Em quinto lugar, devemos entender que estas condições ideais de diálogo não são fáceis. Assim, temos considerar que a comunidade ideal de argumentação é um compromisso de todos e entre todos. Os interlocutores devem estar comprometidos em buscar a partir da comunidade real a comunidade ideal de argumentação. Sabemos que a comunidade ideal - como o próprio nome revela - não existe. No entanto, ela deve ser mais que uma hipótese, deve ser o compromisso dos interlocutores em promovê-la desde as condições reais para, pouco a pouco, estabelecer o diálogo tão necessário para a racionalidade intersubjetiva. Muitos podem dizer que a ideia de uma comunidade ideal de diálogo é boa, mas não é real e, por isso, não é viável. Ora, a dificuldade de construir uma boa ideia não é motivo para desqualificá-la. Algo difícil deve ser desafiador, deve nos impulsionar a buscá-lo e não ser descartado como algo ilusório, pois o que está em jogo não é pouca coisa, mas a nossa capacidade humana de decidir sobre o justo e o injusto em nossa convivência.

¹Texto adaptado do livro “*Educação em Direitos Humanos e Bullying: Oficinas para enfrentamento e prevenção*” (Novamerica, 2012).

O DIÁLOGO É SEMPRE POSSÍVEL?

Marcelo Andrade

1º momento:

SENSIBILIZAÇÃO

- O/a animador/a apresenta o “Jornal Mural Imagens e Palavras” para introduzir o tema e pede que os participantes comentem livremente as imagens.
- Em seguida, o animador pede que os participantes escolha uma frase do Jornal Mural para ser analisada. O animador pode lançar as seguintes questões:

- Como você relaciona as frases e as imagens?
- O que elas dizem sobre as nossas relações na família e na escola?

2º momento:

APROFUNDAMENTO

- O animador distribui a todos os participantes uma cópia do texto “Diálogo: a lógica intersubjetiva no centro das relações”, de Marcelo Andrade (Seção “Idéias em Foco”, do Boletim Cidadania em Rede).
- Após as leituras, o animador pode guiar o debate com as seguintes questões:

- O que mais chamou nossa atenção no texto?

- Quais condições de diálogo nós mais praticamos? Quais condições de diálogo nós temos mais dificuldade?

- Qual seria o nosso papel hoje na construção de espaços de diálogo na família e na escola hoje?



3º momento:

COMPROMISSO

- O/a animador/a inicia este momento lendo pausadamente o trecho da entrevista de Isabel Parolin (Seção “A Palavra é Sua”, do Boletim Cidadania em Rede) e a Seção “Ecos da Cidadania”.
- Após estas leituras, propõe a seguinte tarefa para o grupo:

- O diálogo é sempre possível?
- Quais os limites para a prática do diálogo?
- Como promover mais diálogo entre as famílias e entre família e escola?

A palavra é sua... solte a voz!

Apresentamos um trecho da entrevista de Isabel Parolin publicada na Revista Mundo Jovem (nº 435). Isabel Parolin é psicopedagoga e autora do livro “A relação entre a família, a escola e a aprendizagem” (Editora Educare)

Como podemos entender o diálogo entre família e escola?

A escola tem sido a grande parceira da família. Antigamente, as pessoas procuravam outros núcleos como igreja, centros comunitários etc. Hoje, as pesquisas têm mostrado que, na hora de buscar apoio, as famílias recorrem cada vez mais à escola. Inclusive uma consulta em postos de saúde revela que, quando é solicitado um exame neurológico, por exemplo, a família busca se certificar com a professora se aquilo é adequado. Isso representa que a escola tem uma responsabilidade social importante e que ela ajuda a família a pensar os rumos que vai tomar. As escolas de pais, por exemplo, atendem as demandas das famílias de uma forma muito bacana. Existem também palestras e outras iniciativas.

Quais as dificuldades quando família e escola não entram em diálogo?

Os problemas são bem visíveis, pois falta um dos pilares nessa construção. Os índices baixíssimos que o Brasil tem de qualidade de educação (é o 84º país no IDH), especialmente se considerarmos que somos a sexta economia do mundo, isso dá um disparate imenso. Há pais que estão pouco preocupados com o que o filho aprende, apenas querem saber se o filho foi aprovado no final do ano. Mas aprovado significa que o aluno aprendeu? Com isso não estou eximindo a escola de sua responsabilidade. Acredito que a escola deve ensinar com o apoio da família ou independente da família que a criança tenha ou não tenha. Um cidadão é um aprendiz, que se apropria do conhecimento historicamente acumulado e cientificamente desenvolvido, e o torna significativo para o bem viver e conviver.



Esta seção está aberta para sua opinião.
Comunique-se conosco!

As novas configurações familiares desafiam a escola hoje?

Sem dúvida, é um grande desafio. Será muito importante um diálogo diferente, uma forma de ver essa relação diferente. Por exemplo, escuto as pessoas dizendo que “avós não têm compromisso de educar”. Mas o IBGE mostrou que muitos avós, hoje, ficam com a responsabilidade de encaminhar o dia a dia dos netos. Neste caso, não se pode afirmar que são “só” avós daquela criança. Eles são seus educadores também. Quando os avós criam um neto, eles são tudo na vida daquela criança. Assim também os padrastos ou madrastas não se eximem de suas responsabilidades. A tarefa de educar é de todos. As reuniões com pais precisam acontecer até para que os pais tirem suas dúvidas e se formem pensadores, pensando junto com a escola a respeito de alguns aspectos que a família não tem pensado.

Você sabia?

Não!

Então,
aprenda mais,
amplie seus conhecimentos
sobre o tema discutido.



- que, entre 2009 e 2011 o número de famílias nucleares no Brasil aumentou em mais de dois milhões? Passamos de 66,2 para 64,3 milhões de famílias em domicílios.
- que entre 2009 e 2011 o número de domicílios com duas ou uma pessoa é o que mais cresce no Brasil, tanto nas grandes cidades quanto nas áreas rurais?
- que, de acordo com o PNAD (2012), o número de famílias brasileiras tem aumentado, ao mesmo tempo, que elas têm ficado cada vez menores? A família brasileira é composta, em média, por 3,1 integrantes, mas a população brasileira continua crescendo, ainda que em ritmos bem menores do que há algumas décadas.
- que, de acordo com o Censo de 2010, as “famílias reconstituídas” já representam 17% do total de famílias brasileiras? São consideradas “famílias reconstituídas” aquelas formadas pelo segundo casamento de pelo menos uns dos cônjuges, com a permanência dos filhos do primeiro casamento.
- que, de acordo com o Censo de 2010, o número de casamentos formais diminuiu enquanto que o número de divórcios aumentou? Segundo analistas do Censo, isso pode indicar que as “famílias reconstituídas” se configuram como uma possibilidade duradoura para a maioria dos segundos casamentos.

Notícia

Notícias

NOTÍCIAS

NOTÍCIAS

Notícias

Notícias

Notícias

NOTÍCIA

Escola de Pais do Brasil recebe o prêmio

EPB | 08/12/2014

A **Escola de Pais do Brasil** é uma sociedade civil, dirigida por voluntários. Não faz distinção de raça, condição social, política e religião. É filiada à Federação Internacional para Educação dos Pais, com sede em Paris (França) e é participante da Federação Latino-Americana de Escola de Pais. Em 1963, foi iniciado o seu funcionamento no Brasil, em São Paulo. O objetivo central da Escola de Pais é auxiliar os pais na educação dos filhos.

Transmitir aos pais conhecimentos básicos de psicologia e pedagogia durante a realização dos círculos de debates tem sido uma das apostas da organização. Além disso, a Escola de Pais busca promover maior aproximação entre a família e a escola na perspectiva de uma educação integral do ser humano.

Os participantes dos círculos de debates são estimulados a entender a necessidade de diminuir o “espaço” entre pais, filhos e educadores. “Espaço” é tudo que possa distanciar as pessoas, como radicalismos, preconceitos, superproteção, comparação. A Escola de Pais defende que é conveniente reduzir os atritos, a intolerância, as cobranças e as reclamações, investindo sempre no diálogo entre gerações.

A Escola de Pais realiza seus encontros em escolas, igrejas, condomínios residenciais ou outros espaços comunitários. Os círculos de debates são realizados uma vez por semana, durante sete semanas, geralmente à noite, com duração aproximada 1h30.

“Nossos filhos, a quem tanto amamos, merecem os melhores recursos para a sua vida na infância, na adolescência e no futuro. Não somos ‘donos’ de nossos filhos, mas temos o dever de ensiná-los a conviver com os seus pares da melhor maneira possível”, afirma um dos participantes dos Círculos de Debate.

Os temas apresentados nos círculos de debates variam muito e tratam desde o desafio da educação hoje; valores e limites na infância e adolescência; configurações familiares; etapas do desenvolvimento infantil e juvenil; desenvolvimento da sexualidade; temas de cidadania e cultura.

Em 2014, A Escola de Pais do Brasil recebeu o **Prêmio Paul Donovan Kigar**, que é uma homenagem de honra ao mérito, por realizações de vida a homens e mulheres ou instituições, de qualquer nacionalidade ou crença religiosa. A instituição recebeu um diploma em uma solenidade onde se fez uma breve resenha biográfica dos homenageados, ressaltando seus méritos e realizações. O prêmio possui categorias específicas dentre as inúmeras atividades humanas de benemerência, artes, cultura, política e liderança.

Editora: Susana Sacavino Coordenação: Marcelo Andrade
Composição Gráfica: Companhia Visual Manteca

Realização:



NOVAMERICA

NOVAMERICA Programa Direitos Humanos Educação e Cidadania

ISSN 1677 - 4167 Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo - CEP: 22280 - 030 - Rio de Janeiro - R.J. - BRASIL
Tel/fax: 2542 6244 - 2295 8033 - E-mail: promotores@novamerica.org.br - http://www.novamerica.org.br